



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA CÍVEL - PROJUDI

Praça do Centro Cívico, 269 - Palácio da Justiça, - Centro - Boa Vista/RR -
CEP: 69.301-380

Agravo de Instrumento n.º 9000974-04.2019.8.23.0000

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

Agravado: Luis Fernando das Neves Nunes

Relator: Desembargador Cristóvão Suter

I - Tratam os autos de agravo de instrumento com pedido de liminar, aviado por Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, contra decisão oriunda da 4.^a Vara Cível, proferida em autos de ação de cobrança de seguro obrigatório.

Em suas razões recursais, sustenta a agravante teses de impossibilidade de inversão do ônus da prova, inobservância ao convênio n.º 06/2015 ao fixar verba honorária pericial em montante superior ao estabelecido e que incumbiria ao agravado arcar com os ônus relativos à produção da perícia.

Assevera a existência de probabilidade do direito, perigo de demora e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, pugnando pelo deferimento da liminar, a fim de suspender o cumprimento da determinação lançada no juízo de origem.

Ausentes os requisitos legais, a liminar restou indeferida (EP. 5).

Regularmente intimado, deixou o agravado de apresentar suas contrarrazões (EP. 10).

É o breve relato.

Passo a decidir.

II - O recurso comporta parcial conhecimento.

Ab initio, deve ser afastada a tese de impossibilidade de inversão do ônus da prova, porquanto a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que “o art. 373, §1º, do CPC/15, contempla duas regras jurídicas distintas, ambas criadas para excepcionar à regra geral, sendo que a primeira diz respeito à atribuição do ônus da prova, pelo juiz, em hipóteses previstas em lei, de que é exemplo a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, e a segunda diz respeito à teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, incidente, a partir de peculiaridades da causa que se relacionem com a impossibilidade ou com a excessiva dificuldade de se desvencilhar do ônus

estaticamente distribuído ou, ainda, com a maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário.”[1]

No caso alçado a debate, em que a decisão singular fundamenta-se na teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, descortina-se da petição inicial do agravo de instrumento a inexistência de argumentos suficientes à análise do inconformismo, limitando-se a argumentos dissociados de seu conteúdo, olvidando da exposição do desacerto e da eventual contrariedade à lei, em violação ao princípio da dialeticidade recursal, tornando impossível o seu conhecimento pelo órgão revisor:

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL - OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - NÃO CONHECIMENTO DO INCONFORMISMO. 1. O princípio da dialeticidade recursal, positivado no art. 1.021, § 1º, do CPC como requisito extrínseco de admissibilidade do agravo interno, exige a impugnação integral e específica de cada um dos fundamentos da decisão recorrida, sob pena de não conhecimento do recurso. 2. Olvidando o agravante de tal ônus, impõe-se o não conhecimento do inconformismo.” (TJRR, AgInt 0800599-79.2015.8.23.0060, Primeira Turma Cível, Relator: Des. Cristóvão Suter – p.: 02/07/2019)

No que pertine à responsabilidade pelo pagamento da perícia, registre-se que a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que *“não se encontra a decisão atinente à incumbência de arcar com os ônus da produção da prova pericial (...) dentre as passíveis de correção pela via do agravo de instrumento (...), sendo incabível a modalidade recursal utilizada, considerado que o teor do decisorio vergastado não está previsto no rol do artigo 1.015, do CPC/15”* (STJ, REsp 1714820, Decisão Monocrática, Relator: Min. Luis Felipe Salomão – p.: 01/08/2019).

Melhor sorte assiste à agravante quanto ao valor dos honorários periciais.

Consta do caderno processual que a decisão impugnada fixou os honorários periciais em R\$ 500,00 (*quinhentos reais*).

Logo, razões acompanham a recorrente neste ponto, uma vez que estabelece a cláusula 1.3 do Convênio n.º 06/2015[2], celebrado entre a apelante e este Tribunal, que as perícias realizadas serão pagas a um valor fixo de R\$ 200,00 (*duzentos reais*), justificando-se o provimento do recurso, consoante, aliás, inequívoco entendimento deste Colegiado:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. DECISÃO QUE FIXOU HONORÁRIOS DO PERITO EM VALOR

SUPERIOR AO CONVENCIONADO PELO TJRR E PELA SEGURADORA. CONVÊNIO 06/2015. DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS POSTULADOS DA BOA FÉ E SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Consta dos autos o Convênio nº 06/2015, celebrado entre o TJRR e a Seguradora em 12 de agosto de 2015, estabelecendo valor fixo de R\$200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas nas ações envolvendo o Seguro Obrigatório DPVAT. 2. Por força dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé, considerando a existência do supracitado convênio, merece provimento o presente agravo, para reformar a decisão agravada. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido.” (TJRR, AgInst 0000.15.002661-5, Câmara Cível, Relator: Des. Jefferson Fernandes da Silva – p.: 13/02/2017)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - HONORÁRIOS PERICIAIS FIXADOS EM DESCOMPASSO COM A NORMATIVA FIXADA PELO TJRR - RECURSO PROVIDO.” (TJRR – AgInst 0000.16.000327-3, Câmara Cível, Rel. Des. Cristóvão Suter - p.:14/07/2016)

III - Posto isto, conheço parcialmente do reclame, reduzindo o valor referente aos honorários periciais, adequando-o aos termos do Convênio nº 06/2015-TJRR.

Boa Vista, 8 de agosto de 2019.

Desembargador Cristóvão Suter

[1] STJ, REsp 1729110/CE, Terceira Turma, Relatora: Min. Nancy Andrighi – p.: 04/04/2019.

[2] Cláusula 1.3. As perícias realizadas serão pagas pela Seguradora Líder a um valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais), independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).